

Hepatite C: tratar os mais doentes e responder à epidemia em Portugal

Apelo ao Governo Português e à indústria farmacêutica

Caro Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo,

Caros responsáveis da Abbvie, BMS, Gilead, Janssen e MSD,

As organizações da sociedade civil e de doentes abaixo assinadas, lembrando que:

- Se estima que a mortalidade relacionada com a hepatite C (VHC) em Portugal se encontra entre 900-1200 casos por ano (carcinoma hepatocelular, cirrose, coinfeção com o VIH), e que há um consenso científico de que haverá um aumento da mortalidade caso nada seja feito¹.
- Se estima também que, em Portugal, o número de pessoas que vivem com hepatite C crónica se encontra entre as 75 000 e as 112 500, para uma prevalência de anticorpos entre 1 a 1,5%².

E

- Reconhecendo que estamos perante uma revolução no tratamento da Hepatite C que, não utilizando interferão peguilado nem ribavirina, permite encurtar os períodos de tratamento, diminuir drasticamente os efeitos adversos da medicação, sendo adequado a todos os genótipos de VHC e a todos os estádios de fibrose ou doença hepática e com taxas de cura que rondam os 100%;
- Sabendo que a eliminação da epidemia da hepatite C pode ser alcançada nos próximos 15 anos se o acesso universal à prevenção, diagnóstico, ligação aos cuidados de saúde e tratamentos adequados forem uma realidade;
- Reafirmando ainda que o direito à saúde é um direito humano fundamental.

Apoiamos a recente resolução da Organização Mundial de Saúde sobre hepatites vírais³ e apelamos ao Governo e Ministro da Saúde:

- Para alocarem recursos humanos, técnicos e financeiros para prevenir, diagnosticar e tratar a hepatite C, estabelecendo estratégias e planos de ação para eliminar a epidemia;
- Para envolverem na estratégia e plano de ação, de forma significativa, os profissionais de saúde, especialistas, sociedade civil, doentes e pessoas que usam drogas (o grupo mais afetado pela hepatite C).

Reconhecendo e aplaudindo o investimento e inovação-chave no tratamento da hepatite C pela indústria farmacêutica,

Apelamos às companhias da indústria farmacêutica:

- Para urgentemente e de forma transparente negociarem preços que permitam assegurar o acesso universal, nos próximos anos, ao estado da arte em tratamento para todas as pessoas que vivem com hepatite C e que de forma sustentável para o Sistema Nacional de Saúde, já que Portugal

enfrenta sérios constrangimentos financeiros e tem compromissos internacionais com tetos de despesa com medicamentos e com a saúde.

Salvar vidas em 2014

Apelamos para que à indústria farmacêutica, governo e reguladores demonstrem o seu compromisso de salvar vidas fazendo com que as combinações de medicamento(s) de ação direta sem AIM sejam disponibilizadas a custo zero para a pequena percentagem de pessoas que vivem com hepatite C e se encontram em risco de morte.

Em Portugal, enfrentamos uma situação de racionamento de acesso, atualmente muito limitado ao estado da arte do tratamento. Os preços propostos - em especial do sofosbuvir, um medicamento pangenotípico crucial, sobretudo para pessoas CHILD PUG B/C, e usado em diferentes regimes terapêuticos - tornam impossível planear o acesso a todas as pessoas quer a curto quer a médio prazo.

Para salvar estas vidas, o Governo deve também envolver os profissionais de saúde e a sociedade civil na resposta à epidemia da Hepatite C.

O recente sistema de *pool procurement*, que Portugal e bem assinou, que permite *joint procurements*⁴ entre países para medicamentos para a hepatite C e poderá no futuro permitir acesso a preços mais comportáveis, mas não é resposta implementável em tempo útil para pessoas que se encontram em risco de morte.

Aplaudimos ainda a iniciativa francesa, no Conselho EPSCO a 19/20 de junho:

“Os preços de medicamentos inovadores: A delegação francesa chama a atenção do Conselho para o elevado preço dos medicamentos para a hepatite C, que são incomportáveis para os orçamentos dos estados membros.”⁵

Se as negociações com a indústria não permitirem atingir o objetivo de tratar todas as pessoas que vivem com hepatite C falharem, Portugal e os restantes países devem fazer uso do direito de emitir licenças compulsórias⁶ nos termos em que é reconhecido e pelos acordos TRIPS e a Declaração de Doha.

Lista de Subscritores:

Associação Abraço – Gonçalo Lobo

Acompanha, Cooperativa de Solidariedade Social – Madalena Malheiros e Sandra Pancas

Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS) - Cristina Mora -

Associação Ares do Pinhal – Rodrigo Sousa Coutinho

Associação Existências – Paulo Anjos

Associação Positivo – Ricardo Fernandes

Associação Piaget para o Desenvolvimento (APDES) – José Queiroz

Associação para o Planeamento Familiar (APF) – Duarte Vilar

Consumidores Associados Sobrevivem Organizados (CASO) – Sérgio Rodrigues

Fundação Portuguesa A Comunidade Contra a SIDA (FPCCS) – Filomena Frazão de Aguiar

Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos (GAT) – Luís Mendão

Gabinete de Atendimento à Família (GAF) – Leandra Rodrigues e Carina Parente

Liga Portuguesa Contra a SIDA (LPCS) – Maria Eugénia Saraiva

Médicos do Mundo – Carla Fernandes

Opus GAY – António Guarita

Ser+ - Andreia Pinto Ferreira

Rede Positivo – Luís Sá Gomes

Fontes citadas no texto:

1, 2 - <http://consensohepatitec.pt/>

3 - EASL The Burden of liver disease in Europe – A review of available epidemiological data, 2013, quoting WHO

4 - EXPLANATORY NOTE ON THE JOINT PROCUREMENT INITIATIVE - 6.3.2 Antiretrovirals for HIV/AIDS and medicines to treat co-infections (Luxemburg, May 2014)

5-

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/lsa/143271.pdf

6 - Doha Declaration on use of compulsory licences

http://www.who.int/medicines/areas/policy/doha_declaration/en/